

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 22ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 09/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos para Votação em Plenário

1) PL 431/2009	Ver. RICARDO TEIXEIRA (PV)	Votação			
DISPÕE DA REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE DO SALÁRIO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: CONTRÁRIO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a regulamentação e controle do salário do funcionário público do Município de São Paulo, vetando a qualquer funcionário público municipal o recebimento de vencimentos superiores aos do Senhor Prefeito Municipal. A propositura considera funcionários públicos municipais os da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Prevê ainda que não poderá haver acúmulo de cargos que tornem os vencimentos dos referidos funcionários superiores ao do Senhor Prefeito Municipal.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela **legalidade** (fls. 25/26)

Comissão de Administração Pública: solicitou informações ao Executivo, com respostas as folhas 27-37.

SEMPRA: "(...) Verifica-se, assim, que a matéria objeto do PL em análise já está regulamentada no Município de São Paulo, além do que é invasiva da esfera reservada à iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo, ao dispor de matéria concernente à remuneração dos servidores municipais, art. 37, §2º, II da Lei Orgânica do Município de São Paulo" (fl.30)

"(...) ressaltando o vício de iniciativa de que se reveste o PL e considerando que a matéria já está disciplinada no âmbito municipal, opinamos pelo veto integral ao PL 431/09"(fl.30)

A Comissão exarou **parecer contrário**, justificando sua posição na resposta do Executivo, que esclareceu "que a matéria constante do presente projeto de lei encontra-se regulamentada no âmbito municipal pela Lei 15.401, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e pelo Decreto 52.192, de 18 de março de 2011, que dispõe sobre a aplicação do limite remuneratório constitucional no âmbito da Administração Municipal" (fl. 38).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Do ponto de vista orçamentário-financeiro, caso a propositura venha a ser aprovada, não gerará gastos adicionais ao Erário.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 22ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 09/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 431/2009

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ricardo Teixeira, visa a regulamentação e o controle do salário do funcionário público do município de São Paulo, vetando a qualquer funcionário público municipal o recebimento de vencimentos superiores aos do Senhor Prefeito Municipal. A propositura considera funcionários públicos municipais os da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Prevê ainda que não poderá haver acúmulo de cargos que tornem os vencimentos dos referidos funcionários superiores ao do Senhor Prefeito Municipal.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, enquanto a colenda Comissão de Administração Pública manifestou-se contrariamente à propositura, justificando sua posição na resposta do Executivo, que esclareceu "que a matéria constante do presente projeto de lei encontra-se regulamentada no âmbito municipal pela Lei nº 15.401, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e pelo Decreto Municipal nº 52.192, de 18 de março de 2011, que dispõe sobre a aplicação do limite remuneratório constitucional no âmbito da Administração Municipal".

Em que pesem as elevadas intenções do nobre Autor, esta Comissão acompanha a posição da Comissão de Administração Pública, bem como do Executivo, considerando que a matéria já está disciplinada no âmbito municipal.

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

2) PL 741/2013	Ver. CALVO (PMDB)	Votação			
DEFINE CRITÉRIOS NA CONTRATAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS CONCESSÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Vistas concedidas ao Ver. Aurélio Nomura e ao Ver. Milton Leite em 25/11/2014.

Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 2 (duas) sessões em 26/08/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

ASSUNTO: define critérios na contratação e manutenção das concessões de serviços de transporte coletivo público no âmbito do município de São Paulo.

Pela propositura, a Administração Pública Direta, ao contratar com a atividade privada a concessão dos serviços de **transportes coletivos** públicos, deverá priorizar, sem prejuízo dos critérios reclamados pelos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, a contratação ou

manutenção daquela concessionária que disponibilizar, aos passageiros com **idade igual ou superior a sessenta anos, cintos de segurança nos assentos** priorizados **para esse passageiro idoso**. A norma se estende aos contratos já existentes, facultando-se ao Poder Público usar das suas prerrogativas de Direito Administrativo para, por meio do uso das chamadas cláusulas exorbitantes, rescindir unilateralmente os contratos que não atendam ao pretendido pelo projeto.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 104 e 105)

Comissão de Administração Pública: apresentou substitutivo, “no intuito de adequá-lo à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 107 a 109)

O substitutivo suprime o §1º do art. 1º, que trata dos contratos já existentes e no parágrafo único do Art. 2º, suprime “por ato de improbidade administrativa”.

“Art. 2º ... Parágrafo único. Sem prejuízo da nulidade da licitação aludida no ‘caput’ deste artigo 2º, na hipótese de não mencionar a presente lei no edital licitatório, responderão os servidores públicos integrantes da comissão de licitação ~~por ato de improbidade administrativa~~, nos termos da Lei específica.”

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública (fls. 111 e 112).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: realizou duas audiências públicas (fls. 116 a 121, e 122 a 125), com citações a fls. 117 e 125. Essa Comissão exarou **parecer favorável** nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública (fls. 126).

Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo (fl. 134), com respostas nas fls. 137 a 164:

SPTrans - Superintendência de Engenharia Veicular: “A Resolução CONTRAN nº 445, de 26 de junho de 2013, em seu anexo V – ‘Prescrições referentes à instalação de cintos de segurança em veículos de categoria M3’ (ônibus), deixa clara a não aplicação deste equipamento em bancos de passageiros nos ônibus urbanos.” (...) “No Transporte coletivo urbano, seja em ônibus, trem de subúrbio ou metrô, onde há grande movimentação de pessoas que sentam-se nos bancos ou deles se levantam a todo instante, além da permissão da viagem em pé, os passageiros normalmente viajam segurando-se a um dos diversos pontos de apoio disponíveis como: alças, corrimãos, colunas e balaústres.” (...) **“Somos, portanto favoráveis ao veto do substitutivo do Projeto de Lei nº 741/13.”** (fl. 138);

“Ademais, o Projeto de Lei sob análise institui pena pecuniária no descumprimento, confrontando novamente com as disposições regulamentares das concessões e permissões, cujas penalidades e infrações estão capituladas em regulamento próprio, parte integrante dos contratos firmados.

Não se pode deixar de mencionar que as regras para outorga das concessões e permissões dos serviços de transporte coletivo de passageiros, como também as regras para remuneração, as receitas e despesas provenientes, aí compreendida a capitulação das infrações e multas incidentes, foram claramente fixadas no respectivo edital de concorrência, albergadas posteriormente pelos contratos, firmados, dando ensejo à formalização das propostas comerciais pelos interessados.” (fl. 142);

“... qualquer alteração que porventura possa atingir a remuneração dos operadores, como a geração de despesas não previstas, no caso a incidência de pena de multa e mesmo os gastos pela instalação de equipamentos novos, poderão interferir nos contratos firmados, sujeitando o Poder Público aos ônus decorrentes.” (fl. 143).

SPTrans – Diretoria Adjunta de Assuntos Jurídicos: “A competência exclusiva para iniciar projetos referentes à organização administrativa é do Executivo segundo o artigo 61, II, b, da Constituição, o que se aplica por simetria na esfera municipal.” (fl. 146);

“Portanto, inconstitucional e incompatível com a legislação federal em vigor no que tange à hipótese de condicionar a manutenção dos contratos à exigência de cintos de segurança. Além disso, o Manual dos Padrões Técnicos de Veículos é parte integrante do Edital de licitação para outorga da concessão ou da

permissão do serviço de transporte coletivo público, isto é, do instrumento convocatório, e dele não constou a obrigatoriedade de cintos de segurança nos assentos preferenciais a idosos.”(fl. 147).

SPTTrans – Diretoria de Gestão Econômico-Financeira – DG: “A quantidade estimada de cintos de segurança a ser adaptada em toda a frota é de 48.015 equipamentos, considerando a quantidade de veículos do sistema, o número de assentos por tipo de veículo, e o percentual de 10% de assentos reservados para idosos, conforme exigência do Estatuto do Idoso (§ 2º do Art. 39, Lei Federal nº 10.471/03). **A estimativa de impacto da propositura é de R\$ 2.592.810**” (...) “Este valor engloba investimento em equipamentos e custeio de instalação dos cintos, e não inclui o custeio de manutenção e conservação desses itens. Esta estimativa pode crescer consideravelmente, se houver necessidade de adaptação dos assentos, ou de desenvolvimento de projeto com especificação própria para os ônibus urbanos.” (fl. 157);

“A propositura tem impacto direto nos custos da operação do transporte público efetuada pelas empresas operadoras. (...) é um custo potencial a ser repassado na remuneração dos operadores e, conseqüentemente, no valor da tarifa ou no orçamento do transporte público.” (fl. 158).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Caso se torne lei, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, decorrente dos custos de adaptação dos veículos coletivos à norma, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Bruno Nunes Medeiros - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa – Economia

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

PROJETO DE LEI Nº 741/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Calvo, visa definir critérios na contratação e manutenção das concessões de serviços de transporte coletivo público no âmbito do município de São Paulo.

Pela propositura, a Administração Pública Direta, ao contratar com a atividade privada a concessão dos serviços de transportes coletivos públicos, deverá priorizar, sem prejuízo dos critérios reclamados pelos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, a contratação ou manutenção da concessionária que disponibilizar aos passageiros com idade igual ou superior a sessenta anos, cintos de segurança nos assentos priorizados para esse passageiro idoso. A norma se estende aos contratos já existentes, facultando-se ao Poder Público usar das suas prerrogativas de Direito Administrativo para, por meio do uso das chamadas cláusulas exorbitantes, rescindir unilateralmente os contratos que não atendam ao pretendido pelo projeto.

A Comissão de Administração Pública exarou parecer favorável com apresentação de substitutivo visando adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

3) PL 774/2013	Ver. EDIR SALES (PSD)	Votação			
ALTERA A DENOMINAÇÃO DA RUA CORREIA BARROS PARA RUA PEDRO FORLI, NO DISTRITO DE VILA PRUDENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (SITUADA NO DISTRITO DE VILA PRUDENTE, SETOR 044, QUADRA 040/SP, CODLOG Nº 05337-6)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

Adiado por 1 (uma) sessão em 05/08/2015 a pedido do Ver. José Police Neto para consulta à autora do projeto quanto à legalidade da alteração na denominação da rua.

Adiado por 3 (três) sessões a pedido do Ver. Aurélio Nomura.

Adiado por 1 (uma) sessão de ofício pelo Presidente da Comissão.

ASSUNTO: altera a denominação da Rua Correia Barros para Rua Pedro Forli, no Distrito de Vila Prudente.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo, com resposta a fls. 42/53:

- "...Trata-se de alteração não prevista nas legislações que regem o assunto..." Secretaria Municipal de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 22ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 09/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Licenciamento (fls. 43);

- "... Também no caso do abaixo-assinado juntado em folhas 09 deste processo, a Lei nº 14.454, de 27 de julho de 2007, solicita a consulta de moradores ou domiciliados no entorno apenas nas situações em que o nome atual do logradouro seja motivo de ofensa ou ridículo e naqueles em que há homonímia. Não é o que acontece para esse logradouro" idem (fls. 46/47).

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 53).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável (fls. 54).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 55).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 774/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa alterar a denominação da Rua Correia Barros para Rua Pedro Forli, no Distrito de Vila Prudente.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 133/2014	Ver. ARSELINO TATTO (PT); Ver. JAIR TATTO (PT); Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT); Ver. VAVÁ (PT); Ver. REIS (PT); Ver. JULIANA CARDOSO (PT); Ver. ALFREDINHO (PT); Ver. SENIVAL MOURA (PT); Ver. ANTONIO DONATO (PT); Ver. PAULO FIORILO (PT); Ver. NABIL BONDUKI (PT); Ver. JOSE AMERICO (PT)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
		DISPÕE SOBRE INDICAÇÃO DE EMENDA ORÇAMENTÁRIA PARLAMENTAR EM PLACAS DE OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.			
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)					
Parecer: FAVORÁVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 2 (duas) sessões em 26/08/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura.

ASSUNTO: obriga o Poder Executivo a informar quais obras públicas foram realizadas com recursos provenientes de emendas orçamentárias parlamentares. A propositura também estabelece que a informação de que a obra está sendo realizada com recursos de emenda orçamentária parlamentar e a indicação do seu número devam constar na placa informativa da obra pública.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 22ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 09/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Conforme a justificativa, “o objetivo do projeto é ampliar a transparência do gasto público e garantir o direito à informação do munícipe”. A inclusão da informação a respeito da origem dos recursos das obras públicas torna mais efetivo o controle social da população quanto ao uso dos recursos públicos. Além disso, possibilita de forma mais concreta o acompanhamento da atuação dos parlamentares quanto à destinação de recursos orçamentários.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 40-41).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas (fls. 42 a 47 e 48 a 50) com citações nas fls. 46-verso e 50. Por fim, exarou parecer favorável (fls 51 e 52).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fl 53).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A lei 10.953/91 obriga a colocação de placa indicativa nas obras públicas, e a propositura em exame agregaria informações adicionais — a de que a obra está sendo executada com recursos de emendas parlamentares ao Orçamento e o número da emenda — às informações que devem constar da placa. Em primeira análise, as ações necessárias à implementação da propositura não parecem causar impactos orçamentário-financeiros expressivos.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 133/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Alfredinho, Arselino Tatto, Donato, Jair Tatto, José Américo, Juliana Cardoso, Nabil Bonduki, Paulo Fiorilo, Reis, Senival Moura, Vavá e Alessandro Guedes, visa obrigar o Poder Executivo a informar quais obras públicas foram realizadas com recursos provenientes de emendas orçamentárias parlamentares. A propositura também estabelece que a informação de que a obra está sendo realizada com recursos de emenda orçamentária parlamentar e a indicação do seu número devam constar na placa informativa da obra pública.

Conforme a justificativa, “o objetivo do projeto é ampliar a transparência do gasto público e garantir o direito à informação do munícipe”. A inclusão da informação a respeito da origem dos recursos das obras públicas torna mais efetivo o controle social da população quanto ao uso dos recursos públicos. Além disso, possibilita de forma mais concreta o acompanhamento da atuação dos parlamentares quanto à destinação de recursos orçamentários.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Projetos de Deliberação das Comissões

5) PL 337/2013 Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)		Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DETERMINADOS ESTABELECIMENTOS			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 22ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 09/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

AFIXAREM O NÚMERO TELEFÔNICO DO 'DISQUE DENÚNCIA' DE SÃO PAULO PARA DENÚNCIA DE EXPLORAÇÃO, ABUSO E VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
	Ver. OTA (PROS)	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)				
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO				
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.				
<p>ASSUNTO: dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas destinadas à realização e promoção de eventos artísticos e/ou musicais (boates, casas de shows e assemelhados), bem como os hotéis, motéis, pensões ou estabelecimentos congêneres, no âmbito do Município de São Paulo, de afixar, em local visível na porta de entrada de seus estabelecimentos, de forma permanente, a seguinte advertência: “ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES É CRIME! DENUNCIE! Ligue para 100 (Disque Denúncia)”, estabelecendo que os dizeres e o número telefônico mencionados no caput deste artigo deverão constar, de maneira destacada e legível, numa placa, com dimensões de 50 (cinquenta) centímetros de altura por 60 (sessenta) centímetros de largura.</p> <p>O projeto prevê penalidades no caso de não cumprimento, desde notificação para normalização no prazo de 30 (trinta) dias, até o cancelamento definitivo do Alvará de Funcionamento.</p> <p>Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela LEGALIDADE, com apresentação de substitutivo “a fim de adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para adequar o valor da multa fixada na propositura, vez que a unidade de valor UFM – Unidade de Valor Fiscal do Município de São Paulo – foi extinta, nos termos do art. 5º da Lei n.º 11.960, de 29 de dezembro de 1995, além de também fixar um índice de reajuste para referida multa”. (fls. 60/63)</p> <p>Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 64)</p> <p>Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 65/66)</p> <p>Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher: realizou duas Audiências Públicas (fls. 67 a 76), sendo o projeto citado às folhas 68 e 74/76.</p> <p>Exarou parecer favorável, na forma de substitutivo apresentado com o objetivo de introduzir adequações e ajuste na redação da proposição (Na ementa é mencionado o “disque denúncia” de São Paulo, entretanto esse é um número e serviço nacional, executado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos)</p> <p>Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:</p> <p>O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado relativas a fiscalização dos mencionados estabelecimentos.</p> <p>Entretanto, em que pesem as alterações efetuadas pelas Comissões, há a necessidade de apresentação de substitutivo adequando o nome do serviço, que atualmente é chamado de “Disque Direitos Humanos”</p>				
DISQUE 100				

O que é?

É um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), vinculado a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade.

O serviço inclui ainda a disseminação de informações sobre direitos humanos e orientações acerca de ações, programas, campanhas e de serviços de atendimento, proteção, defesa e responsabilização em Direitos Humanos disponíveis no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Extraído do site <http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos/disque-direitos-humanos>

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissa metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16, 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Complementar 101/2000).

Sugerimos quesitos ao Executivo.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O PROJETO DE LEI Nº 337/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas destinadas à realização e promoção de eventos artísticos e/ou musicais (boates, casas de shows e assemelhados), bem como os hotéis, motéis, pensões ou estabelecimentos congêneres, no âmbito do Município de São Paulo, de afixar, em local visível na porta de entrada de seus estabelecimentos, de forma permanente, a seguinte advertência: "ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES É CRIME! DENUNCIE! Ligue para 100 (Disque Denúncia)", estabelecendo que os dizeres e o número telefônico mencionados no caput deste artigo deverão constar, de maneira destacada e legível, numa placa, com dimensões de 50 (cinquenta) centímetros de altura por 60 (sessenta) centímetros de largura.

O projeto prevê penalidades no caso de não cumprimento, desde notificação para normalização no prazo de 30 (trinta) dias, até o cancelamento definitivo do Alvará de Funcionamento.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo "a fim de adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para adequar o valor da multa fixada na propositura, vez que a unidade de valor UFM – Unidade de Valor Fiscal do Município de São Paulo – foi extinta, nos termos do art. 5º da Lei n.º 11.960, de 29 de dezembro de 1995, além de também fixar um índice de reajuste para referida multa".

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher exarou parecer favorável com

apresentação de substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa a fim de introduzir adequações e ajuste na redação da proposição (Na ementa é mencionado o “disque denúncia” de São Paulo, entretanto esse é um número e serviço nacional, executado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos).

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer; entretanto, apresentamos substitutivo para alterar o nome do serviço “Disque Denúncia” para “Disque Direitos Humanos”, de acordo com a nomenclatura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República atual.

SUBSTITUTIVO Nº
PROJETO DE LEI Nº 337/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO AO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de determinados estabelecimentos afixarem o número telefônico do **disque direitos humanos** para a denúncia de exploração, abuso e violências sexuais contra crianças e adolescentes, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Ficam as empresas destinadas à realização e promoção de eventos artísticos e/ou musicais (boates, casas de shows e assemelhados), bem como os hotéis, motéis, pensões ou estabelecimentos congêneres, no âmbito do Município de São Paulo, obrigadas a afixar, em local visível, na porta de entrada de seus estabelecimentos, a seguinte advertência: “ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES É CRIME! DENUNCIE! Ligue para 100 (**Disque Direitos Humanos**)”.

§ 1º Os dizeres e o número telefônico mencionados no caput deste artigo deverão constar, de maneira destacada e legível, numa placa, com dimensões de 50 (cinquenta) centímetros de altura por 60 (sessenta) centímetros de largura.

§ 2º Caso o número telefônico de que trata este artigo sofra alteração, as empresas farão as respectivas modificações nas placas.

§ 3º O aviso de que trata este artigo deverá ficar afixado em local visível, de forma permanente, mesmo que não haja evento ou qualquer atividade nos estabelecimentos.

Art. 2º Os estabelecimentos descritos no art. 1º terão 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei, para providenciar a fixação do aviso aqui previsto.

Art. 3º O não cumprimento desta lei acarretará as seguintes penalidades, aplicadas sucessivamente na ocorrência de reincidências:

- I - Notificação para normalização no prazo de 30 (trinta) dias;
- II - Multa de R\$ 11.500,00 (Onze mil e quinhentos reais);
- III - Suspensão das atividades e do funcionamento, pelo período de 30 (trinta) dias;
- IV - Cancelamento definitivo do Alvará de Funcionamento.

Parágrafo Único. A multa de que trata o inciso II deste artigo será atualizada anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será aplicado outro que venha a substituí-lo.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 439/2013	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE CONDIÇÕES OBRIGATÓRIAS DE SEGURANÇA A SEREM IMPLANTADAS NAS EDIFICAÇÕES QUE MANTIVEREM ESCADAS ROLANTES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 3 (três) sessões em 05/08/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

Adiado por 2 (duas) sessões em 26/08/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo

ASSUNTO: dispõe sobre condições obrigatórias de segurança a serem implantadas nas edificações que mantiverem escadas rolantes no âmbito do Município de São Paulo, sem prejuízo de outras normas técnicas ou jurídicas aplicáveis a estas instalações.

O projeto estabelece que são condições mínimas de segurança necessárias na instalação, manutenção ou conservação de escadas rolantes de deslocamento de pessoas, além de outras que se fizerem necessárias: i) travas rígidas verticais colocadas nos acessos superior e inferior que impeçam o ingresso de cadeiras de rodas e de carrinhos de bebê e que dificultem o acesso transversal de pessoas ao primeiro degrau; ii) placas indicativas nas duas extremidades, que informem expressamente quais são os usuários permitidos ou impedidos de utilizarem as escadas rolantes.

É prevista uma multa (atualizada pelo IPCA) no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) em caso de infração, e será aplicada em dobro em caso de reincidência.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo “a fim de estender a aplicabilidade da norma que a propositura visa instituir também aos estabelecimentos públicos, em obediência ao princípio constitucional da isonomia, prevendo a adequação gradual dos estabelecimentos já existentes para que seja observada a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/00”. (fls. 44-45).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram realizadas duas audiências públicas às fls. 46-65 (com menção ao projeto à folha 62) e 66-68 (com menção ao projeto à fl. 68). Não houve inscritos.

Parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 69-70).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 71-72).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 73).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com a fiscalização destes dispositivos de segurança, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. Além disso, o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa estendeu a aplicabilidade da norma também aos estabelecimentos públicos, o que geraria uma despesa com a instalação das travas e das placas indicativas.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

Regimento Interno

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugerimos quesitos ao Executivo.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 22ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 09/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 439/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa estabelecer condições obrigatórias de segurança a serem implantadas nas edificações que mantiverem escadas rolantes no âmbito do Município de São Paulo, sem prejuízo de outras normas técnicas ou jurídicas aplicáveis a estas instalações.

O projeto estabelece que são condições mínimas de segurança necessárias na instalação, manutenção ou conservação de escadas rolantes de deslocamento de pessoas, além de outras que se fizerem necessárias: i) travas rígidas verticais colocadas nos acessos superior e inferior que impeçam o ingresso de cadeiras de rodas e de carrinhos de bebê e que dificultem o acesso transversal de pessoas ao primeiro degrau; ii) placas indicativas nas duas extremidades, que informem expressamente quais são os usuários permitidos ou impedidos de utilizarem as escadas rolantes.

É prevista uma multa (atualizada pelo IPCA) no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) em caso de infração, e será aplicada em dobro em caso de reincidência.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo “a fim de estender a aplicabilidade da norma que a propositura visa instituir também aos estabelecimentos públicos, em obediência ao princípio constitucional da isonomia, prevendo a adequação gradual dos estabelecimentos já existentes para que seja observada a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/00”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

7) PL 452/2014	Ver. MARTA COSTA (PSD)	Votação			
DENOMINA PRAÇA PASTOR SEVERINO PEDRO DA SILVA, A ATUAL PRAÇA INOMINADA NO JARDIM SÃO PEDRO NO BAIRRO DE GUAIANAZES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: denomina Praça Pastor Severino Pedro da Silva a atual praça inominada no Jardim São Pedro, frente à Rua Lincoln Junqueira, número 395, no Bairro de Guaianazes, e dá outras providências.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: Quesitos ao Executivo (fl. 31).
Resposta do Executivo: (fl. 33-34) “Deverá ser acrescido ao texto: SETOR 137 – QUADRA 2 e SETOR 230 – QUADRA 28, localizado no Distrito de José Bonifácio, Subprefeitura de Itaquera.”

Parecer pela legalidade, na forma de substitutivo que “visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo ...”

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Favorável (fl. 39).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 37-38).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Gera despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 452/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Marta Costa, visa denominar Praça Pastor Severino Pedro da Silva a atual praça inominada no Jardim São Pedro, frente à Rua Lincoln Junqueira, número 395, no Bairro de Guaianazes.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo que visa ajustar a descrição do logradouro, aos termos propostos pelo Executivo (“Deverá ser acrescido ao texto: SETOR 137 – QUADRA 2 e SETOR 230 – QUADRA 28, localizado no Distrito de José Bonifácio, Subprefeitura de Itaquera.”).

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em